

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 121 DE 2017

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização de Audiência Pública para debater sobre uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR”.

Autor: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

Relator: Deputado POMPEO DE MATTOS

I – RELATÓRIO

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) sugere a esta Comissão a realização de uma “Audiência Pública para debater sobre uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”.

A entidade proponente lastreia sua Sugestão no fato de que a recessão enfrentada pelo país nos últimos anos, impactou severamente as economias dos estados nordestinos, com a apresentação de retração econômica, conforme estudos do IBGE, divulgados em 2017, por intermédio da Pesquisa por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Continua). Ainda de acordo com esta pesquisa, a renda média das famílias nordestinas seria de cerca de 50% da renda das famílias das capitais das regiões Sul e Sudeste.

A AFBNB solicita, para esse fim, o apoio logístico desta Comissão de Legislação Participativa, comprometendo-se a realizar a divulgação do evento em toda a sua área de atuação, bem como a mobilização

de outras instituições e entidades sociais em nível nacional que defendam a causa do desenvolvimento regional.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Constituição de 1988 consagra a redução das desigualdades regionais como objetivo fundamental da República (art. 3º, III) e princípio da ordem econômico-financeira (art. 170, VIII). Não bastasse isso, assinala à União a competência exclusiva de elaborar e executar planos regionais de ordenação do território e do desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX) e prevê instrumentos institucionais, creditícios e fiscais (arts. 43 e 159, I, c) para implantá-los – entre os quais se destacam os Fundos Regionais e os Bancos Regionais como elementos indutores deste crescimento.

Hoje, não só a Região Nordeste, mas as Regiões Norte e Centro-Oeste não podem mais prescindir dos Fundos Constitucionais, o que se pode constatar pela magnitude dos impactos desses Fundos sobre as economias regionais. Em 2014, com a contratação de R\$ 13,45 bilhões, o FNE beneficiou mais de 1,35 milhões de pessoas no Nordeste. Mas os impactos não são menores nas outras Regiões beneficiárias: nada menos que R\$ 22,8 bilhões – ou 7% – do PIB total de R\$ 308 bilhões da Região Norte em 2014 decorreram da contratação de R\$ 5,35 bilhões do FNO nesse mesmo ano. No histórico acumulado do Centro-Oeste até então, a contratação de R\$ 52 bilhões já havia gerado então cerca de 5,8 milhões de empregos.

Em reunião realizada no dia 11 de abril de 2018, na sala da Comissão de Legislação Participativa com integrantes da associação proponente e a presidência desta Comissão, se verificou a importância de se discutir sobre a atuação dos bancos públicos regionais no desenvolvimento das políticas públicas que visem a superação destas desigualdades regionais que são uma vergonha para o País e para todos os brasileiros.

Se os Fundos Regionais são as fontes dos recursos para investimento, os Bancos Regionais são o instrumento que operacionalizam essas políticas e fazem os recursos chegar naquelas pessoas mais necessitadas.

Dessa forma, se entendeu por oportuno que neste ano de 2018 se ampliasse o debate sobre essa questão do Desenvolvimento Regional, para focar de maneira especial, sobre a importância da atuação dos Bancos Públicos Regionais, de forma a se fomentar um trabalho de cooperação técnica entre si.

Atualmente temos os seguintes bancos regionais em atuação: Banco do Nordeste, Banco da Amazônia (BASA), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Banco do Estado do Espírito Santo, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Estado do Pará (BanPará) e Banco Regional de Brasília (BRB).

Nesse sentido, acolhendo a Sugestão apresentada pela AFBNB e renovando essa bem-sucedida parceria na promoção, não de uma audiência pública, mas de um Seminário, que terá como tema “O Papel dos Bancos Públicos Regionais na Superação das Desigualdades Regionais”.

Participarão como debatedores no evento, representantes indicados pelos Bancos Públicos Regionais.

Tendo em vista, enfim, a já comentada importância da causa não só para o Nordeste, como para um desenvolvimento justo e coeso para todo o País, como o quer a nossa Carta Magna, votamos pela aprovação da Sugestão nº 121, de 2017, de autoria da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), na forma do requerimento que apresento.

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

Deputado POMPEO DE MATTOS
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**REQUERIMENTO N.º , DE 2018.**

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização do Seminário "O Papel dos Bancos Públicos Regionais na Superação das Desigualdades Regionais".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 24, Inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convidados para o Seminário, representantes de entidades, entre outras autoridades no assunto.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo atender à solicitação da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), que pretende promover, com o apoio desta Comissão, a realização do Seminário “O Papel dos Bancos Públicos Regionais na Superação das Desigualdades Regionais”.

O assunto é suma importância não só para a região Nordeste, como para toda a sociedade brasileira. As ameaças à causa da redução das desigualdades regionais têm sido uma constante na política brasileira desde que a Constituição Federal a consagrou como objetivo fundamental da República (art. 3º, III) e princípio da ordem econômico-financeira (art. 170, VIII). Tais investidas ameaçam não só as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – beneficiárias diretas das Políticas de Desenvolvimento Regional, das quais não podem mais prescindir – como todo o País, que pode sofrer os frutos dessas injustiças na forma de incapacidade de atender migrantes, entraves sistêmicos ao desenvolvimento socioeconômico, dentre outros.

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) vem se destacando na defesa da causa da redução das desigualdades regionais, já havendo inclusive realizado em 2016 e 2017, com a parceria desta Comissão, dois bem-sucedidos Seminários, sendo uma honra para nós, a oportunidade de renovar essa parceria em prol do nosso objetivo superior e comum do desenvolvimento regional justo e igualitário para todo o Brasil.

Por entender que esta Comissão é a porta de entrada da sociedade civil organizada, em que as demandas apresentadas pelo cidadão são amplamente discutidas, de forma democrática e participativa, ratifico a necessidade do debate da matéria, devendo a Secretaria da Comissão agendar a realização do Seminário para momento oportuno.

Por essa razão, apresento este requerimento, para o qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

Deputado Pompeo de Mattos
Relator